

# OPINIÃO OU PRECONCEITO: A FORMAÇÃO DO SUJEITO METONÍMICO

SANDRA MAIA-VASCONCELOS  
PRISCILA ALVES E SILVA SIQUEIRA  
SAMUEL FREITAS HOLANDA

## OPINIÃO OU PRECONCEITO: A FORMAÇÃO DO SUJEITO METONÍMICO

*OPINION OR PREJUDICE: THE FORMATION OF THE METONYMIC SUBJECT*

Sandra Maia-Vasconcelos<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7201-6173>

DOI: <https://doi.org/10.59666/fiosdeletras.v1i01.3441>

Priscila Alves e Silva Siqueira<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3784-1885>

DOI: <https://doi.org/10.59666/fiosdeletras.v1i01.3441>

Samuel Freitas Holanda<sup>3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1406-2694>

DOI: <https://doi.org/10.59666/fiosdeletras.v1i01.3441>

**RESUMO:** Jogos de ofensas não somente políticas, mas que abrangem todos os domínios da dignidade humana, dominam hoje as redes sociais e são impulsionados por seus algoritmos. A fim de compreender o percurso narrativo-argumentativo da ruptura e da fragmentação das relações sociais decorrentes da polarização político-partidária brasileira desde as eleições de 2018, esse estudo tem como objetivo analisar em uma postagem na rede social X (Twitter) e seus comentários respectivos como se dão as relações conversacionais entre seguidores dos maiores adversários políticos candidatos à presidência no Brasil nas eleições 2022 na construção da cenografia. Para esta análise, fizemos uso das teorias da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2019), com foco sobre a constituição da cenografia em suas postagens no que diz respeito aos embates ideológicos. Para a análise dos discursos polêmicos envolvendo tempo, espaço e contextos múltiplos, fizemos um recorte de comentários de uma postagem no X. As análises seguiram o modelo metodológico da construção da imagem discriminatória e as rupturas sociais resultantes da polêmica político-partidária,

<sup>1</sup> Professora Titular do Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Sciences de L'Éducation – Université de Nantes, França; e Pós-Doutora pela Sorbonne, Paris XIII. Professora Convidada da Université de Paris Sorbonne. sandramaafv@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/5092300534207989> - <https://orcid.org/0000-0001-7201-6173>

<sup>2</sup> Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Ceará (2016) e mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2020). Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. <http://lattes.cnpq.br/7252785176971537> - <https://orcid.org/0000-0003-3784-1885> - prisksiqueira@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL-UFC). Mestre em Linguística e Graduação em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Pós-Doutorando em Linguística pela UFC. <http://lattes.cnpq.br/5405574439283922> - <https://orcid.org/0000-0003-1406-2694> - samuelholanda2@gmail.com

Sandra Maia-Vasconcelos

Priscila Alves e Silva Siqueira

Samuel Freitas Holanda

---

da imagem do feminino e do tempo de resposta à postagem, considerando os aspectos da circunstancialidade propostos na fundamentação teórica do estudo com base nos estudos de Maia-Vasconcelos (2022). Os confrontamentos analisados nos revelaram teias discursivas que desvelam a constituição da cenografia a partir da circunstancialidade discursiva e do sujeito metonímico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso de ódio. Cenografia. Sujeito Metonímico. Circunstancialidade.

**ABSTRACT:** Offensive interactions, not only political but spanning all domains of humandignity,currentlydominatesocialmediaandarepropelledbytheiralgorithms. In order to comprehend the narrative-argumentative trajectory of the rupture and fragmentation of social relationships resulting from Brazilian political-party polarization since the 2018 elections, this study aimed to analyze, in a post on social network X (Twitter) and its respective comments, how conversational relationships between followers of the main political adversaries running for the presidency in Brazil in the 2022 elections contribute to the construction of the scenography. For this analysis, we employed theories of Discourse Analysis (MAINGUENEAU, 2019), focusing on the constitution of the scenography in their posts regarding ideological clashes. To analyze polemical speeches involving time, space, and multiple contexts, we selected comments from a post on X. The analyses followed the methodological model of constructing discriminatory images and social ruptures resulting from political-party controversy, the image of the feminine, and response time to the post, considering the aspects of circumstantiality proposed in the theoretical framework of the study based on the studies by Maia-Vasconcelos (2022). The confrontations analyzed revealed discursive webs that unveil the constitution of the scenography based on discursive circumstantiality and the metonymic subject.

**KEYWORDS:** Hate speech. Scenography. Metonymic Subject. Circumstantiality.

## Introdução

A história do Brasil é marcada, desde seus primeiros dias de domínio branco, pelo massacre e pela opressão. É o processo de colonização que traz para os povos nativos aquilo que o homem branco chama de progresso. Somente no final do século XX, a luta das classes trabalhadoras e a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) estabeleceram padrões mínimos de respeito aos direitos humanos que tentassem

proteger enfaticamente a liberdade de expressão e o direito às manifestações livres de culto, credo, religião e opiniões dentro do que não ferisse a liberdade do outro. O Poder Judiciário passou a usar da independência que lhe faltava antes da nova Constituição para defender a Carta Magna contra desvios autoritários e arbitrários. No entanto, o Brasil viu, no período de 2018 a 2022, sob a presidência de Jair Bolsonaro, centenas de brasileiros saírem às ruas carregando faixas com inscrições que solicitavam o retorno do Ato Institucional n. 5, norma ditatorial implantada pelo governo Costa e Silva, em 1969, que fechou o então Congresso Nacional e marcou o início do período mais truculento e arbitrário do regime militar brasileiro. Essas manifestações foram explicitamente acolhidas pelo governo Bolsonaro e pelos seus seguidores como legítimas, além de serem defendidas como liberdade de expressão, provocando, naqueles que se tornaram “o outro lado da população”, reações de revolta e indignação. Não raro, laços de amizade e até familiares foram desfeitos em consequência da polarização promovida por discursos ativistas em prol de ou contra o governo eleito nas eleições de 2018.

O levante das ideologias de esquerda e direita, quiçá extremas esquerda e direita, pareceu fazer emergir o que havia de mais violento em todos os ânimos e polarizou a população brasileira, que se colocou desde 2018 num posicionamento a favor ou contra ao então governo Bolsonaro, sempre de maneira extrema, radical, sem possibilidade de um diálogo civilizado. Jogos de ofensas, não somente políticas, mas também que abrangiam todos os domínios da dignidade humana, começaram a dominar as redes sociais e serem impulsionados por seus algoritmos (de maneira intencional), de maneira cada vez mais rápida e eficaz.

A discussão e o debate acirrado se prolongaram com termos que alimentaram a intolerância, como “petralhas”, “bolsominions”, “gado”, “esquerdopatas”, “elite branca”, além de termos que frequentaram os dois ambientes de maneira antagônica como “esquerdomacho”, “esquerda caviar”, entre outras expressões que não será possível esclarecer neste documento, mas que puseram em xeque o já delicado exercício de convivência, marcada, como nos explicita Pêcheux (1988), pelo fato de que aquilo que se diz adquire significado de acordo com a quem se diz e o momento em que se diz. Ou seja, aquilo que se diz significa não o que se diz, mas o que se ouve dizer, uma vez que formações discursivas se fundamentam nas formações ideológicas e não no ato propriamente do dizer.

Diante de novas relações discursivas raramente vistas anteriormente no cenário nacional, mesmo em tempos de Governo Militar (1964-1985), levantamos o seguinte questionamento: Que razões levaram os brasileiros a se utilizarem da potência discursiva, sobretudo com – ou a despeito de – o advento da pandemia,

---

quando o uso da internet alcançou uma aceleração quase descontrolada, dando nascimento ao chamado fenômeno da *hiperdigitalização*<sup>4</sup>, sobre o qual não trataremos aqui, com a finalidade de demarcar fronteiras entre as relações sociais, em especial as relações públicas, tendo em vista a inexistência dessa polarização tão escancarada na história do país? Mais particularmente: Como ocorrem as relações conversacionais entre seguidores dos maiores *adversários* políticos brasileiros e que cenografias são construídas, sabendo-se que muitas vezes são pessoas da mais alta elite da população nacional, do ponto de vista socioeconômico?

Abrimos aqui um parágrafo explicativo a fim de esclarecer o itálico na palavra *adversários* utilizada no parágrafo acima, onde se esperava talvez PARTIDO. Mas como o então Presidente, em 2022, não tinha partido definido, não se pode dizer que os partidos eram adversários. Eram os candidatos que definiam os lados 1 e 2 da campanha.

Assim, a fim de compreender o percurso narrativo-argumentativo da ruptura e da fragmentação das relações intersubjetivas decorrentes das campanhas eleitorais nas relações sociais, esse estudo fez um recorte temporal e teve como objetivo: Analisar em uma postagem na rede social X (Twitter) e nos comentários respectivos como se dão as relações conversacionais para a construção de uma cenografia de resistência.

Para esta análise, fizemos uso das teorias da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 2019), com foco sobre os sujeitos na cenografia de suas postagens no que diz respeito aos embates ideológicos e como se utilizam das redes sociais e de suas infinitas possibilidades para expor/impor suas opiniões com vista a destruir a opinião de seu interlocutor/adversário. Para compreender o que emerge discursivamente na sociedade, trazido neste estudo, fazemos um cruzamento com a categoria de circunstancialidade (Maia-Vasconcelos, 2022) que defendemos como fundamentadora da cenografia dos discursos, como detalharemos a seguir. Por enquanto, é mister compreender que o discurso é formador da cenografia, vez que ocorre oriundo das circunstâncias de produção e de reprodução. É pela reprodução que o sujeito se forma e enrijece criando, muitas vezes, uma resistência à mudança, perdendo o caráter de agente *transformador do mundo* de que nos falava Freire (1996).

---

<sup>4</sup> Conf. Amado, P., Silva, A.C., & Quelhas, V. (Eds.). (2021). Post-Digital Letterpress Printing: Research, Education and Practice (1st ed.). Routledge. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003173113> - acesso em 11/04/2024.

## 1. Como entender democracia e liberdade de expressão

pag. 6

A fraqueza de nossa razão e a insuficiência de nossas leis se fazem sentir diariamente (VOLTAIRE, 2000, p. 9).

A democracia é direito conquistado pela sociedade brasileira e é um direito de todos. Cada cidadão é dotado de um direito inalienável à liberdade de expressão, desde que tal liberdade não ultrapasse os limites da ofensa ao outro, conforme reza o Art. 13, 2.º 5.º:

A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1970).

O discurso de ódio põe em evidência a intolerância, uma vez que, buscando-se o manto da proteção da própria liberdade de expressão, podem ocorrer manifestações de intolerância e discriminação contra grupos vulneráveis, como negros, indígenas, homossexuais, mulheres e minorias religiosas. Em casos de ideologias políticas, as crises podem chegar a promover incitações de ataques e violências diversas, provocações e ameaças de morte (BAEZA, 2023).

Ao comentar sobre a relação entre a construção histórica e a livre vontade, Marx (2011, p. 25) argumenta que

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas opõe como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Esse pensamento de Marx nos permite pensar no quanto as opressões discursivas se infiltram pelo cotidiano linguístico em todas as classes sociais, promovendo, ou até provocando o uso de expressões discriminatórias ainda que o locutor diga tê-lo feito não intencionalmente, mas pelo hábito de não perceber o quanto dizer certas coisas pode ferir pessoas em suas características. Esse ferir, no entanto, que vem sendo construído como ‘mimizices’, como ‘chatices’ de uma sociedade que busca o respeito, muito mais que o traço preconceituoso que carrega a palavra tolerância, deve ser discutido como uma questão de respeito ao outro, que é, física e politicamente, segundo a Constituição, um igual.

---

Opiniões são subjetividades, nem sempre fundamentadas em dados, mas frequentemente baseadas em crenças sem argumentos, sem comprovações científicas. É possível dizer, por exemplo, que, para algumas pessoas, filmes de horror são divertidos. Essa é uma opinião que não fere ninguém. Crenças não. Elas são importantes, mas não são suficientes para que possamos levar adiante um conceito de verdade e garantir um conhecimento passível de se tornar um fato. O fato, por sua vez, pode ser garantido como um evento com valor de verdade, quando pode ser comprovado, materializado, descrito, narrado. E, ainda assim, pode ser passível de controvérsias. E, sobretudo quando se trata de análise científica, devemos estar atentos à máxima “contra fatos, não há argumentos”. Sempre haverá argumentos quando se é um bom argumentador, ou um intolerante. Não é raro se ouvir que a sociedade está vivendo a “ditadura das minorias”, pois não se pode mais “dizer nada, sem que as pessoas se ofendam”. Ora, e por que as pessoas “que se ofendem” deveriam aceitar ser ofendidas como se nada houvesse?

Desse modo, a liberdade de opinião não pode se confundir com o direito de ofender sob a justificativa de que o sujeito tenha o direito de dizer o que quiser, porque a democracia lhe permite. A liberdade de expressão não implica defender o crime, a piada sobre minorias ou o *bullying*. Contudo, a disseminação do ódio, talvez nunca na história do país, pareça ter sido tão clara como vemos desde a eleição de 2018. O embate Lula-Collar, em 1989, e os caras-pintadas foram uma manifestação de grande monta, mas sem grande polarização e agressividade como se vê hoje. Há os que defendam os ciclos planetários da violência, ciclos que geram guerras, como as que estão midiatizadas hoje – Rússia – Israel -, quando, na verdade inúmeros países no continente africano e na esquecida América Central vivem a sofrer sob o julgo de ditadores impiedosos, sem que se tenha notícia alguma. No Brasil, desde 2018, é como se os brasileiros tivessem assumido o papel identitário adormecido tão esperado de agora finalmente ter alguém para odiar. A política brasileira, diz-se, parece ter revelado o que há de pior nas pessoas, a ponto de se confundirem religiões e armas. Voltamos às Cruzadas ou a internet nos faz fermentar também sentimentos negativos guardados? É preciso cuidado para não cair na tentação de realizar uma análise rasa ou incompleta dos dias atuais.

Sarmento (2006) defende que a proteção jurídica da liberdade de expressão permitiu, após a redemocratização e constitucionalização do país, em 1988, que problemas desta natureza não aparecessem ou, quando surgissem, fossem sanados imediatamente pelos tribunais. Diante do que comentou Sarmento no início do presente século, vale questionar sobre o que teria acontecido nos últimos anos (2018-2022) a respeito dos conceitos de liberdade de expressão e discurso de ódio.

A sociedade estaria respeitando os direitos humanos durante esse tempo ou a percepção sobre o tema estaria adormecida? Os garotos que incineraram o índio em Brasília, em 1997, no ponto de ônibus, e se justificaram dizendo pensar que se tratava de um mendigo, trouxeram menos um discurso de ódio, de discriminação? Seria então permitido incinerar mendigo? A imagem de um que é protegido por uma lei pretere um outro que se enquadra na “lei de todos”?

Defender a igualdade de direitos, igualdade de todos, como reza a Constituição, não significa tolerar o outro. A tolerância tem tempo limitado e corre o risco de se esvair ao primeiro sopro e desagravo. O discurso de ódio, por ser fundamentado em uma crença segundo a qual existem hierarquias humanas, incita a violência por diversos meios e contra diferentes grupos sociais, bem como contra pessoas de um mesmo grupo social. O grito “morte aos árabes”, por exemplo, após a derrubada das torres gêmeas, confunde todo um povo com meia dúzia de grupos extremistas denominados de terroristas. Ora, a grande maioria dos árabes não é terrorista e, muito possivelmente, posicionou-se contra o atentado de 2001. Para esse tipo de discurso, existe uma lei que o pune como crime. Muito mais que ferir uma pessoa, o discurso de ódio maltrata e discrimina todo um grupo que a pessoa particular representa, o grupo difuso do qual ela faz parte, o coletivo no qual ela se insere, ainda que não faça parte do singular a que se refere a ofensa direta. Desse modo,

esse discurso se caracteriza por incitar a discriminação contra pessoas que partilham de uma característica identitária comum, como a cor da pele, o gênero, a opção sexual (sic)<sup>5</sup>, a nacionalidade, a religião, entre outros atributos. A escolha desse tipo de conteúdo se deve ao amplo alcance desta espécie de discurso, que não se limita a atingir apenas os direitos fundamentais de indivíduos, mas de todo um grupo social, estando esse alcance agora potencializado pelo poder difusor da rede, em especial de redes de relacionamento [...] (SILVA et al, 2011, p. 446).

Por entender que essa relação metonímica pode ser perigosa e viciante, e que os discursos são formações discursivas nascidas de formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988), consideraremos nas seções a seguir o estudo da publicação que se constituiu como motivadora deste artigo. Antes, porém, consideramos pertinente discutirmos o que Maingueneau (2002; 2022) entende sobre a cenografia.

Para Dominique Maingueneau, a noção de cenografia se refere ao modo como o discurso constrói a cena e ao mesmo tempo representa e valida progressivamente, num efeito que chamamos de looping discursivo (Maia-Vasconcelos, 2022), os

<sup>5</sup> Fazemos uma ressalva para a expressão ‘opção sexual’ utilizada pelos autores, uma vez que não acreditamos que se trate de uma opção, mas de uma orientação, segundo o Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018, p. 64).

---

discursos em diferentes momentos em que estão inseridos. A cenografia legitima o discurso e é legitimada por ele a todo momento, de acordo com o que está acontecendo, assim permite compreender as relações impostas de poder e de identidade pelo falante frente às situações de produção, que implicam no posicionamento do sujeito. Segundo Maingueneau, a cenografia não é imposta pelo tipo ou gênero do discurso; é instituída pelo próprio discurso (MAINGUENEAU, 2002).

Tendo iniciado essa perspectiva sobre cenografia a partir da noção de Maingueneau, compreendemos que o posicionamento discursivo está intimamente ligado às questões de interdiscursividade, uma vez que nem sempre está evidente no texto que tomamos como analista ou que se pretende mostrar, mas nos textos anteriores e que fazem parte da memória discursiva do interlocutor. Esse conhecimento anterior, ou memória discursiva, permite situar socio-historicamente o discurso heterogêneo em uma dada comunidade discursiva, em relação com/a uma identidade posta. Retome-se aqui o trecho “o anel que tu me deste era vidro e se quebrou” da canção infantil “Ciranda, cirandinha”, em que o dêitico “o”, que antecede “anel”, manifesta a ideia de que o coenunciador detém o conhecimento anterior, a memória discursiva que dispensa o uso do determinante “um” indefinido. Para o exemplo em tela, seria o mesmo que dizer “aquele anel que tu me deste”, *aquele*, dentro *daquela* circunstância, pertencente a uma história específica, formadora/produtora/resultante de uma situação discursiva.

Na esteira dessa discussão, elaboramos o conceito de discurso circunstancial (MV, 2003; 2022), aquele discurso que se institui e se realiza a depender de uma denominada circunstância e que é inteiramente ligado às condições temporais e situacionais de produção, mas também à memória discursiva do sujeito. Quando dois sujeitos entram em comunicação, não são apenas dois indivíduos, mas também duas fontes de histórias múltiplas, de heranças subjetivas discursivas que se encontram em uma dada circunstância e por uma razão a ser desvendada. Retomando um novo exemplo, se duas mães se encontram com seus bebês na sala de espera do pediatra, é possível que o assunto entre elas seja sobre saúde, alimentação, fraldas, roupas, babás etc., ou seja, tudo relativo ao bebê. Se essas mesmas mulheres trabalham juntas e se encontram na mesma sala do mesmo pediatra com seus bebês, ainda vão falar sobre seus bebês, mas também falarão de trabalho, do/da chefe etc. Se além disso, fazem esporte juntas, o assunto se estenderá à academia ou às roupas de ginástica. As múltiplas circunstâncias que as ligam serão pontos fundamentais para a formação das cenografias durante a conversação desenvolvida.

Aqui estamos focando sobre a conversa, gênero deixado por muito tempo de lado nos estudos discursivos. Atrelamos a esta perspectiva todos os gêneros do discurso, bem como defendemos que o discurso circunstancial tem como característica a propriedade de antecipar a cenografia, de constituí-la e de modificá-

la ao longo do discurso. Basta pensar que essas duas mães que começaram falando do bebê e em seguida passaram a falar de trabalho, do esporte etc. possivelmente mudaram de tom ao longo da conversa. E ainda, suas relações no trabalho e os resultados obtidos nas atividades físicas interferirão no modo como conversarão sobre seus bebês na cena imaginária aqui proposta. Isso ocorre porque, a nosso ver, alguns discursos ficam atrelados – aderidos – às pessoas que os proferem, como marcas discursivas dos sujeitos de fala. Para esse discurso consideramos estender o conceito de enunciados aderentes de Maingueneau (2022), sobre o qual trataremos em outro momento, de modo a compreender que a aderência nem sempre se faz de maneira física. Concordamos com o colega francês, é preciso dizer, de antemão, que a perspectiva que ele defende é rica e perspicaz, mas que é preciso vermos um pouco um lado não-verbal das possíveis aderências, ponto de vista com o qual o próprio Maingueneau não discordou logo que conversamos pessoalmente sobre o assunto.

O discurso, seja verbal ou não-verbal, como foi a associação da bandeira do Brasil, por exemplo, a um dos candidatos, é um dos casos que discutiremos na sequência, mesmo não entrando na discussão sobre enunciados aderentes, mas que nos levou a questionar sobre o valor iminente da aderência metonímica.

## 2. O Discurso e a prática de análises a partir da experiência

[...] e o espírito humano, ao despertar de sua embriaguez, espantou-se com os excessos a que o fanatismo o havia levado (VOLTAIRE, 2000, p. 23).

Revista Fios de Letras | e11247

O desenvolvimento deste estudo foi provocado inicialmente pelo cotidiano no qual estivemos todos envolvidos neste ano eleitoral de 2022. A partir desta leitura de Voltaire [séc. XVIII] aqui em epígrafe, é possível dar-se conta do número de amizades desfeitas e até relações familiares rompidas durante a campanha eleitoral presidencial desde 2018. Grupos familiares de WhatsApp se desfizeram, amigos deixaram de se falar, muitos foram tratados como inimigos por defenderem um ponto de vista diferente do partido opositor e, em consequência disso, muitas publicações foram suspensas de redes sociais. Por que tal fato generalizante teria ocorrido em um país tão habituado à miscigenação dos povos, dos costumes, dos gostos e das religiões? A resposta parece vir do atravessamento de um fanatismo galopante pró e antirreligioso e político que se instaurou no discurso da sociedade.

É necessário ressaltar, mesmo que esse fato não interfira em nossa pesquisa, que a coleta desse *corpus* foi realizada quando esta rede social ainda se chamava Twitter, bem como, ainda dispunha de diretrizes diferentes das atuais. A publicação que escolhemos para ilustrar nosso estudo, e que continua disponível na rede social X (Twitter), no perfil BolsoGata, cujos comentários analisaremos a seguir, apresenta,

no original, uma mulher branca, magra, loura, no primeiro plano, de costas para a foto. Em segundo plano se vê outra mulher também branca. Ambas parecem representar uma classe social favorecida. Os cabelos são bem penteados, escovados, tingido com luzes. A mulher que está em primeiro plano usa óculos escuros, brincos grandes. Podemos sugerir a classe social da pessoa em questão pela aparência física que se mostra na imagem. No plano de fundo da imagem vê-se a bandeira do Brasil aberta. Mostra também que a mulher no primeiro plano segura um objeto verde e amarelo. A imagem foi pouparada por questões éticas, colocando-se aqui apenas a representação da frase a ser analisada. Nossa olhar analítico, no entanto, apesar de todo nosso cuidado em fazer a minuciosa descrição da imagem, vai para a camiseta preta que a mulher veste que se localiza no primeiro plano, em cujas costas se pode ver escrito com letras brancas, em caixa alta, a seguinte imagem que tentamos reproduzir a seguir, na Figura 1:

Figura 1 – Representação da imagem da camiseta



Fonte: X (Twitter; 2022).

O destaque que nos interessa nesse estudo vai para a frase: “Todas as mulheres nascem iguais, mas as melhores apoiam Bolsonaro”. Vale desde já lembrar que a imagem da bandeira do Brasil foi um símbolo que ficou associado ao presidente Bolsonaro nos anos de 2018 a 2022, devido ao seu forte apelo ao nacionalismo ufanista. Na legenda, lê-se a expressão #BolsonaroReeleitoEm2022. A data da postagem é de maio de 2022. Ressalte-se ainda que a postagem é um retuíte de uma usuária do X que se autodenomina BolsoGata, a qual associa o nome do então presidente da república a seu próprio perfil.

Tendo em vista essas condições de produção, alia-se o pensamento de Maingueneau (2004) segundo o qual o discurso não se basta a si mesmo como manifestação de uma fala, uma vez que carrega em si as condições de sua existência em termos de produção e de reprodução. Sendo uma prática social, interligada

ao pensamento e ao comportamento histórico dos sujeitos, o discurso reflete o posicionamento do sujeito vinculado às atividades do grupo que o produz (AGRA, 2019). O discurso carrega em si um discurso anterior, histórico, práticas ligadas a vozes de outros discursos com os quais esse discurso dialoga. O discurso, deste modo, se formula como circunstancial (Maia-Vasconcelos, 2022) e constituidor de uma cena. É desse modo que se constrói o que Maingueneau (2004; p. 44) chamou de cenografia, ou seja, processo em que a enunciação legitima a situação de enunciação, considerando o enunciador, o coenunciador, o momento e o lugar. Isso implica dizer que a cenografia constrói uma representação de sua própria situação de enunciação.

Para que a cenografia seja compreendida e alcance o coenunciador, neste caso, o leitor, o sujeito deve estar atento ao fato de que a condição de produção é tributária da mensagem emitida por aquele enunciador, bem como deve conhecer o momento e a situação de produção dentro do contexto em que a mensagem foi enunciada. Deste modo, a mensagem estampada na camisa da mulher, sobre a qual tratamos neste artigo, ultrapassa o significado de um letreiro em uma camiseta e assume o conceito de enunciado metonímico, circunstanciado, enunciado que identifica o sujeito ou a coisa com o/a qual o enunciado se identifica, e integra a cenografia quando consideramos o contexto temporal e descritivo da mulher que veste a camiseta, cuja aparência legitima o discurso e é legitimada por ele. Assim, a camiseta torna-se uma metonímia porque incorpora a ideologia da pessoa que a veste. O que nos leva a compreender o quanto a cenografia pode se estender dentro de um mesmo paradigma discursivo, como veremos nos comentários à frase da camiseta aqui exposta.

Em suma, fica claro que o enunciado da camiseta ultrapassa a admissão de declaração de voto ao candidato sobre o qual se fala; o enunciado na camiseta implica um reconhecimento, uma adesão do indivíduo ao nome e à ideologia ali impressas, ideologia que vai além do voto, como será mostrado na próxima seção.

### **3. Procedimentos e Análises**

Este estudo se vincula, teórica e metodologicamente, à linha de pesquisa Análise do Discurso francesa, mais precisamente à perspectiva do analista Dominique Maingueneau (2015), especificamente no que diz respeito à cenografia e ao posicionamento discursivo presente na postagem em foco na Figura 1 coletada na rede social X (Twitter). A escolha de uma única publicação se deve ao fato de esta imagem compreender inumeráveis temáticas polêmicas e discursos de ordens sociais diversas: partidarismo, feminismo, racismo e classe social.

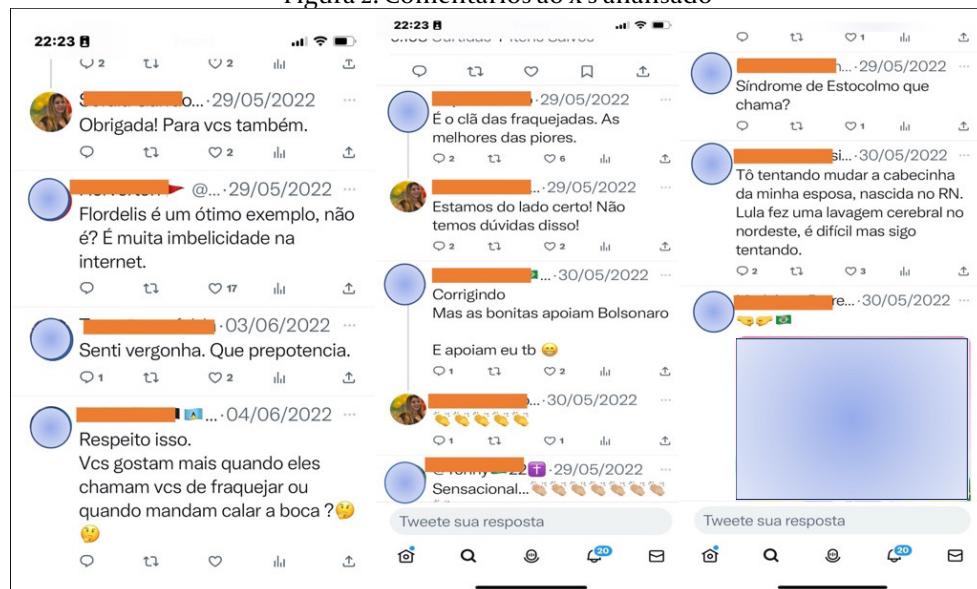
Não nos furtaremos, no entanto, a buscar, em outros autores, reflexões que possam enriquecer nosso estudo. Pêcheux e Fuchs (1990) defendem que o discurso deve ser pensado como uma materialidade ideológica, como vemos na imagem aqui

analizada. Para esses autores, o discurso é um aglomerado de formações discursivas bem organizadas, interligadas, determinam o que pode e o que deve ser dito em determinada circunstância, em função das ideologias do falante e do ambiente histórico-discursivo em que se insere. Cabe ao analista reconhecer o lugar de fala do sujeito no momento de operar sua análise, a partir do reconhecimento das ideologias aí presentes. Para a Figura 1, já foi possível identificar a adesão do enunciador ao discurso bolsonarista de maneira muito clara.

Na Figura 2, vemos os primeiros dez comentários respostas à publicação retweetada<sup>6</sup> pela usuária que assina @BolsoGata. As identidades dos usuários respondentes foram preservadas, bem como a identidade da postante.

Complementando a publicação relativa à Figura 1, os comentários que figuram na Figura 2 foram coletados pelo celular com a ferramenta print screen, em seguida levados para o computador e agrupados em uma única imagem por meio do programa Office Power Point. Antes de serem agrupados, foram organizados seguindo a sequência tal como foram encontrados na rede social X, no sistema de postagens e respostas.

Figura 2: Comentários ao x's analisado



Fonte: X (Twitter) (2022)

Escolhemos o perfil de uma mulher declaradamente bolsonarista a fim de analisar discursos de embates praxiológicos e antagônicos mais evidentes, mas sobretudo porque o argumento sobre as mulheres se perfila com visões ideológicas opostas - "todas" e "melhores". Os perfis concernidos pela postagem, usuário e twitter, foram borrados, apesar de a Resolução 466/12, no item VII.1, que aprova as "diretrizes

<sup>6</sup> Utilizamos o termo retweetada por desconhecer o termo atualizado, apesar de pesquisa realizada na web.

e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos” não exigir que textos e imagens de domínio público se submetam ao comitê de ética; condição que também categorizou a escolha das coletas.

A coleta foi realizada durante o mês de maio de 2022, levando em consideração postagens que apresentam menção à relação entre grupos minoritários, tais como mulheres, e a escolha partidária. Dentre as postagens coletadas segundo os temas escolhidos pela relevância evidenciada na rede social em questão durante o mês de maio de 2022, e dada a crescente constância dos embates ocorridos nos últimos anos que envolvem grupos minoritários, a postagem em tela foi escolhida para análise por representar as categorias aqui já mencionadas: partidarismo, feminismo, racismo e classe social. As análises seguiram o modelo metodológico da análise do discurso, especialmente acerca dos posicionamentos discursivos, da circunstancialidade, da imagem discriminatória e das relações conversacionais na construção da cenografia.

Na Figura 1, o embate mostrou, ora claramente, ora de maneira dissimulada, que há uma polêmica ideológica e política que envolve questões de raça, gênero, classe social e partido político em que é iminente uma divergência de opiniões, evidenciada pela conjunção “mas” que corrompe o sentido de “todas” na frase “TODAS as mulheres nascem iguais, MAS as melhores apoiam Bolsonaro”. A negação do termo TODAS exclui da noção de “iguais” todas as mulheres que não apoiam Bolsonaro. A frase seria, se transformada, algo como:

(I) *As melhores mulheres apoiam Bolsonaro, as outras mulheres são inferiores.*

ou

(II) *As mulheres que não apoiam Bolsonaro são inferiores (ou não são boas).*

Ou ainda

(III) *As mulheres que não apoiam Bolsonaro nascem iguais as outras, mas depois pioram – ou deixam de ser iguais.*

Há inúmeras possibilidades de reconfigurar a sentença. Acreditamos ser relevante ressaltar a presença do racismo estrutural e social, uma vez que a mulher que se apresenta com a camisa onde se lê a inscrição parece representar a elite branca favorecida pelas condições sociais, aquela que durante a campanha sempre se mostrou a favor do então presidente. O fato de colocar a oposição entre **iguais** e **melhores** simboliza uma provocação por parte do enunciador em relação ao

coenunciador de oposição partidária. O fato de investir na provocação pode ser um reforço de opinião, como já explicitado no início do artigo, ou ainda uma imposição do ponto de vista, aquilo que alguns desejam chamar de liberdade de expressão. Vemos nos comentários expostos na Figura 2 como as reações aparecem na mesma ordem do discurso, ora como reafirmação da postagem, ora como condenação da postagem.

Na primeira resposta, vemos uma reação positiva de agradecimento, o que remete à reafirmação da postagem. Na segunda resposta, o usuário se remete à deputada Flordelis, acusada de planejar o assassinato do próprio marido, como um “ótimo exemplo” de “melhores mulheres”. O tom é claramente de ironia, como se percebe pela partícula “não é”? Em seguida, o usuário afirma: “É muita imbecilidade na internet”, marcando oposição com a postagem inicial. Na terceira resposta, vemos outro posicionamento contrário à publicação inicial: “Senti vergonha. Quanta prepotência”, indicando notas sobre o racismo estrutural e social. Se todas as mulheres nascem iguais, como pode haver mulheres melhores? Implica neste ato de fala que as demais são as piores?

O quarto comentário se inicia afirmindo “Respeito isso”, mas não há referência clara ao que o usuário respeita. Na continuação do comentário, o usuário escreve “Vcs gostam mais quando eles chamam vcs de fraquejar ou quando mandam calar a boca?”. Essa questão, respondendo às postagens de ratificação ao post inicial, faz referência aos discursos de Bolsonaro, primeiramente sobre sua filha, quando este presidente, ainda candidato, disse em palestra “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. A declaração ocorreu durante palestra do deputado na sede do Clube Hebraica, uma associação cultural de pessoas da religião judaica, do Rio de Janeiro, em 2017. A Segunda referência diz respeito ao fato de Bolsonaro, ao ser questionado por uma repórter da Globo, sobre o uso de máscaras, logo que o Brasil atingiu a marca de 500 mil mortos por COVID-19, tê-la mandado “calar a boca”.

Nas respostas a seguir, percebemos o que Maingueneau (2019) denomina como o conjunto de formações discursivas (FD) como formadoras de um posicionamento discursivo agindo como direito de fala dos claros opositores do discurso presente. No comentário seguinte, o usuário declara “É o clã das fraquejadas”, ainda remetendo à expressão utilizada pelo ex-presidente ao falar sobre sua filha. E complementa: “As melhores das piores”. Os comentários seguintes são a favor da proprietária do perfil e reafirmam sua opinião com comentários de apoio: “Estamos do lado certo”, “Corrigindo. Mas as bonitas apoiam Bolsonaro”, “Sensacional”.

<sup>7</sup> BOLSONARO diz que teve filha mulher por “fraquejada”. O Povo, Fortaleza, 06 abr. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/04/bolsonaro-diz-que-teve-filha-mulher-por-fraquejada.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Os dois últimos comentários aqui selecionados, uma vez que decidimos pelos dez primeiros aleatoriamente, trazem duas vozes bem contraditórias e com um acréscimo de xenofobia, para o caso do nono comentário. O usuário diz que já “tentei mudar a cabecinha da minha esposa, nascida no RN. Lula fez uma lavagem cerebral no nordeste, É difícil, mas sigo tentando”. Há vários discursos silenciados aí, que acreditamos valer a pena desvelar. Primeiramente o diminutivo utilizado pelo usuário para falar da ‘cabeça’ de sua mulher. Cabecinha, neste caso, não se refere a uma parte biológica de seu corpo, mas o interesse do usuário é diminuir a inteligência de sua mulher: diz cabecinha como quem diz pouco cérebro, pouca inteligência, já que vota no candidato opositor. Outro detalhe interessante é afirmar que sua mulher é nascida no Rio Grande do Norte, ou seja, no Nordeste, o que implica uma xenofobia clara, já que o candidato da direita afirmou por inúmeras vezes que o nordeste era um lugar de selvagens e a animosidade se acirrou muito durante seu governo, colocando sudestinos e nordestinos em campos opostos, esquecendo-se, ambos, que somos de um mesmo país. Ao dizer que “É difícil, mas sigo tentando”, o usuário afirma, de forma irônica, o discurso pré-construído de que nordestino é “cabeça dura”, teimoso, ao mesmo tempo dissimula um discurso maior discriminatório colonizador que induz a pensar que o nordestino sempre tem algo a aprender com o homem branco que chega de fora. Esses discursos alimentam o preconceito entre as regiões e fazem aglomerar nas redes sociais declarações de ódio como muitas que foram vistas após a vitória do candidato de esquerda no final de 2022.

A cenografia das publicações e dos comentários se confirma, vez que além das figuras do enunciador (a proprietária do perfil em questão) e dos coenunciadores correlativos (comentaristas da publicação), também é representada por uma cronografia (momento específico e histórico) e uma topografia (lugar real ou metafórico). Como expõe Maingueneau, estes três polos são indissociáveis, tendo em vista que a relação entre a campanha eleitoral é representada ao mesmo tempo por um período específico, mas também por enunciadores e coenunciadores, e lugares determinados.

Diante disso, podemos ver que ambos os discursos, de direita ou de esquerda, podem ser formadores de uma realidade, desde que os pré-discursos sejam interpelados numa teia discursiva que predomine. Desse modo, defendemos que a cenografia no discurso é predominantemente constituída pela circunstancialidade discursiva, que, por sua vez é função do próprio discurso no tempo.

Este estudo teve como objetivo analisar a partir de uma postagem na rede social X (Twitter) e seus comentários respectivos entre seguidores dos maiores partidos políticos candidatos à presidência no Brasil nas eleições 2022 como se dão as relações conversacionais na construção da cenografia. Nesse sentido, tomamos como ilustração aqui uma postagem de uma usuária com teor voltado para assuntos relacionados a grupos minoritários. Durante essa análise, colocando em perspectiva a publicação e as respostas dadas, os dados nos revelaram que há dois principais embates que resultam na tentativa de silenciamento dos sujeitos que emitem um e outro discurso.

No primeiro caso, temos um embate entre o discurso mostrado pela imagem, dando margem a uma diferenciação entre mulheres iguais e mulheres melhores e sua inserção na esfera política. As mulheres que não apoiam Bolsonaro ainda são mulheres, mas não são mulheres tão boas quanto as que apoiam Bolsonaro. Tal diferenciação age como discriminação de gênero e de classe, embora aparentemente seja apenas um embate político. A Figura 1, analisada pelo estudo, que trata de uma frase em uma camiseta que era vestida por uma mulher branca, com aparência que é privilegiada socialmente, constrói uma cenografia que exclui outras mulheres: negras, indígenas, pobres, transexuais, entre outras, ou seja, que não estão entre as melhores. Esse comportamento implica um discurso que nos parece aderir a uma camada da sociedade que despreza toda e qualquer outra forma de existência que não seja a forma dita padrão. Para tanto, seria interessante desenvolver uma pesquisa estatística a fim de conhecermos quem são realmente as minorias em nosso país em 2024.

No segundo caso, esse conflito se deu de uma maneira direta, implícita e explicitamente, dos usuários para a usuária da rede social, que repostou a imagem, que foi ratificada e/ou atacada em vários momentos discursivamente com mecanismos como a reafirmação e o deboche respectivamente. Neste ponto, foi relevante perceber o embate ocorrido entre os usuários nos comentários, construindo uma cenografia da polêmica entre as opiniões. Vemos que os usuários também se engajam em um conflito discursivo-conversacional, aqueles que discordam e atacam a imagem são confrontados por seus apoiadores, o que gera um confronto discursivo que muitas vezes não tem relação com o post propriamente dito, mas com o conteúdo publicado pelo usuário que teceu a crítica à postagem.

Esses enfrentamentos nos revelam teias discursivas que desvelam como a circunstância constrói a cenografia nos discursos. Enquanto nos ataques aos discursos ditos minoritários, há uma teia discursiva que descola o enunciador de seu discurso, nos discursos majoritários, há uma espécie de simbologia na qual o próprio enunciador parece transformar-se em seu discurso. Destaquem-se daí marcas de discriminação de caráter abrangente, não somente no que concerne ao partido/lado político, mas aos atributos pessoais de cada sujeito interpelado pelo discurso específico que emerge do encadeamento de ideias que o discurso pré-construído constitui. Não somente as ideologias constituem os papéis sociais, mas a circunstancialidade em que o sujeito se encontra será definidora dos discursos proferidos e, assim, da cenografia constituída na situação discursiva.

Deste modo, tendo em vista que para que a cenografia seja adequadamente compreendida e alcance o coenunciador/leitor, é imprescindível que o sujeito esteja atento às condições de produção que, como vimos, são fortemente influenciadas pelas circunstâncias – condições temporais, históricas e sociais. Pelas análises, vimos que a mensagem presente na camiseta, e discutida neste documento, transcendeu o caráter de mera ilustração visual em uma peça de vestuário e adquiriu o status de metonímia do próprio sujeito que a veste, integrando-se à cenografia quando integrada temporalmente à mulher cuja aparência valida o discurso expresso na camiseta e é por ele validada.

Vale, deste modo, ressaltar que, muito mais do que aderir a suportes físicos aos quais concentrem um papel denunciante de uma função específica do conteúdo também físico, esses discursos podem aderir-se como indicativos de representações dos sujeitos, positivas, muitas vezes; mas também podem surgir como sistema de ideias que impregnam ideologias e infecções sociais que subvertem em conceitos decompostos as relações humanas, criando critérios hierárquicos onde não haverá o discurso vencedor.

## Referências

AGRA, Maria Lúcia de Souza. *As mulheres no cordel: a construção do ethos na disputa por um posicionamento na peleja*. 2019. 131f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50926>. Acesso em: 12 jul. 2022.

AMADO, Pedro, SILVA, Ana Catarina, QUELHAS, Vítor. (Eds.). *Post-Digital Letterpress Printing: Research, Education and Practice* (1st ed.). Routledge, 2021. <https://doi.org/10.4324/9781003173113>

---

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 13(1), 227-244, 2017 Disponível em: <https://doi.org/10.17648/eidea-13-1526>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BAEZA, Carole. *Apprendre du sensible*. Paris : Connaissances et Savoirs. Coll Sciences sociales, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. *Lei N° 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Casa Civil, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, Rosane Leal da. et al. Discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista direito GV*, v. 7, n. 2, p. 445-467, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v7n2/ao4v7n2>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MAIA-VASCONCELOS, Sandra. *Narrativa de Vida: uma questão de método*. Curitiba: CRV, 2022.

MAINQUENEAU, Dominique. *Los términos clave del análisis del discurso*. 1a. ed. 1a. reimpr. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

MAINQUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-92.

MAINQUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo, 2011.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina. (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 101-142.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA. *Convenção americana sobre os direitos humanos: pacto de San José da Costa Rica*: assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos. San José, Costa Rica, 7 a 22 de novembro de 1969. Washington: OEA, 1970. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

*pag. 20*

PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. (1975) “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, Françoise. & HAK, Tony. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PETRUCCELLI, José Luís. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, José Luís, SABOIA, Ana Lúcia. (Orgs.). *Características Étnico-Raciais da População: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=284235>. Acesso em: 12 jul. 2022.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre Interdiscurso. *Revista Letras*, [S.l.], v. 61, p. 140-148. dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/leturas/article/view/2890>. Acesso em: 12 jul. 2022.

REIS, Toni. (Org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. 2a edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SARMENTO, Daniel. A liberdade de expressão e o problema do hate speech. *Revista de Direito do Estado*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out./dez. 2006. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosupload/4888/material/a-liberdade-de-expressao-e-o-problema-do-hate-speech-daniel-sarmento.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Recebido: 13/04/2024

Aceito: 20/04/2024

Publicado: 22/04/2024



REVISTA FIOS DE

# LETRAS

Vol. 01, Nº 01 (2024)